

A PERFORMATIVIDADE DA MATERIALIDADE EM BUTLER: ONTOLOGIA E RECONHECIMENTO¹

The Performativity of Materiality in Butler: ontology and recognition

Virgínia Helena Ferreira da Costa²

RESUMO

O texto se debruça sobre certas decorrências da desconstrução da metafísica da substância no que se refere à origem ontológica da diferença sexual em um intervalo entre matéria e forma em Judith Butler. Trata-se, em especial, de conceber uma nova teoria ontológica que fundamenta a aliança de corpos na política do reconhecimento da autora.

Palavras-chave: Reconhecimento. Materialidade. Corpo. Performatividade. Ontologia.

ABSTRACT

The text focuses on certain consequences of the deconstruction of the metaphysics of substance with regard to the ontological origin of sexual difference in an interval between matter and form in Judith Butler. In particular, it involves conceiving a new ontological theory that bases the alliance of bodies on the author's politics of recognition.

Key-words: Recognition. Materiality. Body. Performativity. Ontology.

INTRODUÇÃO

Se a crítica à metafísica da substância empreendida por Judith Butler já é bastante conhecida entre especialistas, creio que nem todas as decorrências desse tão importante passo teórico foram tiradas, especialmente se considerarmos certo viés de práxis política.

Os termos empregados pela autora para desconstruir a metafísica da substância a partir de aspectos evidentes na materialidade corporal tocam o problema da diferença sexual, questão que, como veremos, remonta mais a um intervalo de indeterminação entre matéria/forma e psique/social, do que a uma origem ontológica precisa. Nas palavras da autora:

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2024.260445>

² Universidade de São Paulo (USP). E-mail: virginiahelena.costa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9287-4634>.

Quero sugerir que os debates a respeito da prioridade teórica da diferença sexual sobre o gênero, do gênero à sexualidade, são todos entrecortados por outro tipo de problema posto pela diferença sexual, a saber: a permanente dificuldade de determinar onde começa e onde termina o biológico, o psíquico, o discursivo e o social. (...) Talvez, precisamente, o caráter ontológico registrado pela diferença sexual seja sempre difícil de determinar. A diferença sexual não é totalmente dada ou construída, mas, em parte, composta por ambos. Esse sentido de “parcialidade” resiste a qualquer noção clara de “divisão”; a diferença sexual, então, opera como um quiasma, mas os termos sobrepostos e embaçados são, talvez, menos significativamente do masculino e do feminino, e mais a problemática da construção nela mesma; o que é construído é, por necessidade, anterior à construção, mesmo quando não parece haver nenhum acesso a esse momento prévio, exceto pela construção (Butler, 2004/2022, p. 331-332).

De um lado, Butler desenvolve uma crítica à ontologia de gênero que subsistiria como substâncias pensante e extensa. Contudo, ao mesmo tempo, ela pensa haver uma materialidade que permanece incognoscível e que não é apagada pela sua construção performativa que a transforma em corpo inteligível. Afinal, qual o estatuto ontológico dessa matéria corporal que não só resiste à determinação, mas que contribui também para a produção ontológica?

A fim de desnudar uma de tais decorrências possíveis, é um requisito da própria autora que apaguemos as bordas que separam as disciplinas e saberes. Isso porque se no debate sobre a metafísica da substância Butler parte da Filosofia, ela desenvolve a atualidade de sua reflexão ontológica em diálogos com psicanalistas feministas. Dado o embasamento biológico, erógeno e pulsional da sexualidade e do inconsciente, é na Psicanálise em seu encontro com a Filosofia que os limites da materialidade e da linguagem são pensados por Butler. Tendo a compreender tal atitude mediante a percepção de que teorias psicanalíticas são muitas vezes filosoficamente consideradas como fundamentações antropológicas e ontológicas: seu embasamento biológico, material, erógeno e pulsional leva muitas vezes a concepções “naturalizantes” da sexualidade, do inconsciente e/ou do corpo. É na psicanálise em seu encontro com a Filosofia, portanto, que os limites da materialidade e da linguagem são pensados por Butler.

A fim de desenvolver tal tema, Butler escolhe principalmente Jessica Benjamin, aparecendo também nomes como os de Monique David-Ménard, Julia Kriteva e Jacqueline Rose. Como será visto, é com Benjamin (em forte apelo à teoria hegeliana) que Butler se volta ao campo das possibilidades psíquico-corporais e político-sociais, edificando uma nova proposta de ontológica. Será verificado, ao final, de que forma essa materialidade se relaciona com a abjeção enquanto motor performativo de uma nova perspectiva ontológica vinculada a movimentos políticos de reconhecimento.

2. MATERIALIDADE E ONTOLOGIA QUE “RESTAM”

Partamos do início: Butler é reconhecida como sendo uma pensadora *queer* que – como boa parte das teóricas feministas norte-americanas dos anos 1980 e 1990 influenciadas por Michel Foucault – defende que o corpo e o sexo não são dados materiais naturais, e por isso seriam marcados por determinações simbólicas. Manter a natureza corporal presa a uma conotação biológica externa à cultura seria um modo de autoras feministas darem continuidade à metafísica da substância, ainda muito vinculada a uma noção de “humanismo” que tinha como centro certa subjetividade masculina. Tal continuidade ocorreria a partir da concepção de “gênero social ativo” que se inscreveria no passivo sexo natural aparentemente inerte, originário e pere-ne. Com isso, Butler critica a suposta pré-existência de um sujeito abstrato, intencional, individual, estável, coerente e consciente que escolheria ou expressaria a sua identidade por meio da sua natureza corporal.

Em seu lugar, Butler defende que o corpo sexual não seria uma matéria dada, mas o resultado de um processo de materialização, passando a ser integrado à construção cultural. A produção dos corpos sexualizados ocorreria performativamente, isto é, agora sob influência de Jacques Derrida, por meio de recitações contextualizadas que seriam passíveis de certa transformação. Com isso, sua teoria da performatividade desconstruiria a ontologia a partir de dois vieses, um corporal e outro “psíquico-identitário”, por assim dizer: sua desontologização desconstrói as bases metafísicas tanto da *substância pensante* subjetiva quanto da *substância extensa* corporal que susten-

tam o sistema sexo-gênero binário baseado na visualização da diferença natural dos corpos.

Sob tal leitura, não se sustentaria nenhum resquício conceitual ontológico fora da cultura na teoria butleriana, de forma que a desconstrução empreendida pela autora se concentraria apenas em aspectos negativos que desmantelariam criticamente a metafísica das substâncias. Com isso, não haveria nada (nem sujeito abstrato, nem materialidade corporal) que se situaria “fora” do campo simbólico, e a própria emancipação das determinações normativas hegemônicas só pode se desenrolar no interior do campo cultural.

Contudo, sabemos que em textos posteriores, principalmente em *Corpos que importam/pesam/têm matéria* (algumas das traduções possíveis para *Bodies that matter*, 1993), a autora teria como objetivo se desvencilhar da acusação de ter desenvolvido apenas mais uma teoria construtivista. Contra tal ideia, sua defesa recai em dois pontos: em primeiro lugar, haveria um campo de materialidade que permanece incognoscível, isento da linguagem. Essa materialidade só ganharia sentido ao ser inscrita pela cultura, não havendo, por isso, a possibilidade de se pensar qualquer ontologia dos corpos baseada em dados prévios ao simbólico. Como diz Butler em “Corps en pièces: réponse à Monique David-Ménard”, que retoma *Bodies that matter*:

A forma do pênis ou do órgão (mesmo que essas duas noções não sejam equivalentes) não substitui a materialidade; e o que se manifesta como materialidade só pode aparecer na medida em que é formado e construído de tal maneira que pode, pelo menos, aparecer. Eis uma breve resposta à questão do que é social nesta construção: *se a construção afirma que a materialidade do corpo é apagada ou eliminada por sua construção, então desenvolvemos uma concepção errônea do que é construir* (Butler, 2009, grifos meus, tradução minha, p. 212-3).

Dizer que tal materialidade não é apagada pela construção é considerar que há uma matéria separada de sua inscrição simbólica, de modo que as normas apenas dotariam ou forneceria uma forma à materialização, transformando-a em corpo inteligível. Contudo, a autora diz ainda mais: tal materialidade não é meramente passiva diante da cultura, mas contribui para a formação ontológica habitando um intervalo indeterminado em relação às normas simbólicas. É na sequência de tal excerto que Butler concebe a per-

manência da materialidade para além de suas formas como designando um estatuto ontológico ao corpo, ontologia da qual as determinações sociais seriam apenas um de seus elementos de construção:

o corpo, concebido como permanência, acessa a disponibilidade através das formas e construções que o tornam perceptível; elas o trazem para um modo de manifestação e se tornam um elemento de sua própria construção. Esta é uma afirmação epistemológica e ontológica, mas *o estatuto ontológico do corpo não é eclipsado* pela afirmação de que formas, enquadramentos e normas intervêm na sua construção. O fato de essas molduras e formas fazerem parte da “fabricação” do corpo não significa que a persistência do corpo seja o efeito dessas molduras e formas (Butler, 2009, grifos meus, tradução minha, p. 213).

A noção de enquadramento da materialidade funciona mais do que uma metáfora para a produção social de ontologia, mas demonstra que aquilo que é enquadrado, que insiste em subsistir para além das variáveis molduras, têm seu papel na construção ontológica. E como os enquadramentos não são estáveis, mas se modificam a cada repetição, pode-se dizer que a instabilidade da matéria enquadrada acaba produzindo o enquadramento ao desestabilizá-lo continuamente.

De tal permanência deriva o segundo ponto, mais comumente conhecido, no qual Butler estabelece que se o corpo é produzido pelas normas e discursos performativos que incidem sobre a materialidade, há algo desta materialidade que escapa à determinação: “a única formulação adequada (...) é a seguinte: cada vez que tentamos nos referir ao corpo, fazemos essa referência sob certos modos de descrição ou de acordo com certos quadros de referência, mas sempre falhamos em nos referir a ele.” (Butler, 2009, p. 214) Isso demonstra como Butler se autodenomina uma “má materialista”: toda vez que ela tenta dizer sobre matéria e corpo, ela acaba falando linguagem. Isso demonstra o forte viés desconstrutivista de Butler: a origem ontológica, situada em um intervalo entre matéria e forma, não pode ser discursivamente rastreada.

Como se pode notar, tais explicações sobre a materialidade não deixam de ser problemáticas, impedindo uma síntese sem conflitos dentre as ideias apresentadas. Afinal, dada a existência de uma noção separada de materialidade que subsiste para além da cultura e se mantém mesmo com a su-

cessão de formalizações corporais, seria correto dizer, de forma precisa, que o trabalho do simbólico sobre o material é “produtivo” ou “construtivo”? A permanência da materialidade não refletiria a noção de “inscrição” sobre a substância extensa própria do “humanismo”? Qual o estatuto desta materialidade incognoscível? Será que em Butler fora desconstruída a ontologia da substância pensante e não a da substância extensa?

São diversas as perguntas, dentre as quais procuraremos debater nesse texto apenas uma, a saber: qual as implicações políticas de tal ontologia pensada a partir da persistência da materialidade corporal? Irei me voltar ao campo das possibilidades psíquico-corporais e político-sociais de uma nova teoria ontológica em Butler. Para tanto, a principal autora com quem tal debate é travado é Jessica Benjamin³, algo formulado a partir de Hegel, havendo relações a serem tecidas com Jacqueline Rose.

3. POR UMA NOVA TEORIA ONTOLÓGICA

Foi estipulado previamente que os sentidos do ser e a inteligibilidade da corporalidade enquanto permanência ocorre no terreno da cultura, por mais que a origem ontológica dos seres não possa ser situada em um único ponto da forma-matéria, sofrendo deslocamento fugidio. Por isso, a criação de sentido da vida não pode ser unificada em Butler. A existência é criada não só pelas normas hegemônicas, mas principalmente pela abjeção, outro nome para o corpo que persiste ou “sobra”.

Deriva novamente de Derrida a vinculação do trabalho do negativo ao “excesso” ou “resto”. Leitor assíduo de Sigmund Freud, para Derrida o “excesso” é um traço que cria os limites da norma, indo, ao mesmo tempo, além desses limites e fronteiras. Deve ser lembrado, contudo, que Derrida não se refere, como o faz Hegel, à origem da criação, uma vez que tal fundamento originário fora criticamente desconstruído. Para Derrida, o que inte-

³ Para além de comentários pontuais mútuos ao longo de várias obras das autoras, o debate direto entre Benjamin e Butler é encontrado no capítulo final do livro *Shadow of the Other* (1998), onde Benjamin comenta diversas teorias feministas, inclusive a de Butler; na reação de Butler a tais comentários publicada em 2000 e traduzida em 2016 intitulada “Anseio de reconhecimento: comentário sobre a obra de Jessica Benjamin”; por fim, na tréplica benjaminiana de título “Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler” publicada em 2012.

ressa é o desdobramento e permanência temporal da normatividade da linguagem, o que faz da *diferença* criativa em uma cadeia repetitiva o seu principal ponto de apoio. Cada repetição produz um campo de imperceptibilidade que excede à norma, tornando-se uma crise de referência da linguagem. Em tal cadeia repetitiva, quem cria verdadeiramente é o “excesso” que resiste às determinações positivas das normas, o negativo que contradiz a hegemonia simbólica e que, diferenciando-se na repetição, sustenta e possibilita a continuidade da própria linguagem.

Reservando os diferentes contextos teóricos, em Butler tal leitura do “excesso” de Derrida coincide com a noção de abjeção de Julia Kristeva⁴. Para além de um simples excluído, há uma especificidade da noção de abjeção em Kristeva: o abjeto não é só o conteúdo criado como externo ao sujeito, mas seria a própria delimitação subjetiva em si. Ou seja, o abjeto, conteúdo expulso do enquadramento hegemônico, estrutura o limite, é a própria delimitação, um ser-fronteira, dentro-fora constitutivo. O que significa, se se leva tal pensamento às últimas consequências, que a abjeção tem, em um certo sentido, poder performativo da normatização delimitadora das “positividades” identitárias do sujeito. Não é a centralidade normativa hegemônica que resguarda o maior poder de criação performativa, pois esta se limita a repetir as mesmas fronteiras normativas na tentativa de estabilizá-las. O poder verdadeiramente criador vem da matéria expulsa que margeia e excede.

A abjeção no corpo em Butler é explorada sob influência especial de Jacqueline Rose, em especial da concepção, a qual Butler recorre com certa frequência, do inconsciente como o produtor do “fracasso da identidade” e da estabilidade sexual justamente por ser ele o reservatório da abjeção das normas sexuais: “A afinidade do feminismo com a psicanálise repousa acima de tudo, eu diria, no reconhecimento de que existe uma resistência à identidade no próprio cerne da vida psíquica.” (Rose, 2005, p. 91). Esta seria a leitura do inconsciente como lugar de descontinuidade, conflito e desordem da vida psíquica que, de alguma forma, demonstra as ambiguidades

⁴ É digno de nota que, em outra discussão ontológica situada entre a Filosofia e a Psicanálise, Butler, em “The Body Politics of Julia Kristeva” (1989), denuncia o “naturalismo essencialista” de Kristeva, para quem as pulsões vinculadas ao corpo materno adquirem um estatuto ontológico anterior à cultura.

da materialidade in(con)formada com as construções normativas sobre o corpo, os desejos e a psique. Se só há subversão no domínio da norma, talvez o inconsciente possa ser considerado a abjeção por excelência, isto é, o efeito-produtor fronteiro-expulso sem o qual não haveria sujeito. Tal reino da abjeção atuaria de forma sub-reptícia à norma hegemônica, sendo inventivo, dotado de agência de subversão ao procurar recriar as construções múltiplas do corpo/psique/desejo segundo novos arranjos possíveis.

No âmbito social, a permanência da materialidade corporal é concebida por Butler a partir da precariedade e mutualidade envolvidas no reconhecimento. Tal reflexão tem como fundamento um diálogo intenso entre Butler e Benjamin, especialmente na leitura do conceito de reconhecimento em Hegel. Há ao menos quatro aspectos práticos e políticos diretamente envolvidos nessa temática, pois, em primeiro lugar, a formalização da materialidade determina quais corpos seriam socialmente reconhecidos humanos e inumanos. Há ainda a segunda possibilidade de se pensar a permanência da materialidade dos corpos quando estes sofrem violência de forma contínua; ou quando conseguem redefinir parte das normas sociais de reconhecimento que os produziram. Ou, em uma quarta leitura, na ocasião em que os abjetos se reconhecem naquilo que permanece comum em um ambiente social de diferenças cada vez mais acentuadas.

Por isso, é importante frisar a distinção entre matéria e abjeção. Isso porque, enquanto a primeira seria incognoscível, uma vez situada fora do campo simbólico; a distinção entre vidas vivíveis e vidas abjetas, colocadas à margem da concepção hegemônica de humano, se encontra inserida na cultura. Dessa forma, a homossexualidade, por exemplo, existe no campo simbólico mesmo que negativamente, sendo dotada de um estatuto ontológico construído, mas não plenamente reconhecido pelas normas vigentes, sofrendo de uma falta de representação formalizada na linguagem: “O ‘impensável’ então está inteiramente dentro da cultura, mas inteiramente excluído da cultura dominante” (Butler, 1990/2003, p. 105).

É dessa forma que compreendo como o estatuto fronteiro-expulso da abjeção é de suma importância para a visada ético-política de Butler. Pois, se, a nível da melancolia de gênero, a identificação homossexual (proveniente do complexo de Édipo negativo), uma vez tornada abjeta, sustenta

a identificação heterossexual (do Édipo positivo) ao se tornar foracluída, de modo que ambos os desejos se cruzam no inconsciente; a nível social, a homossexualidade se torna “minimamente representável pelos sujeitos da norma, para que, assim, possa haver uma reiterada recusa de identificação com isso que é culturalmente abjeto.” (Rodrigues e Gruman, 2021, p. 75)

Tal poder performativo da abjeção, embora minimamente representável, é o que significa, a meu ver, dizer que a sustentação de enquadramentos e matrizes de inteligibilidade cultural dependem de identificações abjetas – e não necessariamente de totais recusas de reconhecimento da abjeção. Sob tal perspectiva, seria pouco dizer que os seres abjetos têm possibilidades de emancipação sob a norma (por mais que não haja emancipação completa e totalmente externa ao enquadramento cultural), uma vez que a abjeção é a própria delimitação, podendo mover as suas fronteiras contingentes. Por consequência, denuncia-se como as identidades individuais e sociais falham na manutenção da estabilidade de seus limites quando constituídos a partir do que excluem.

Encontram-se, assim, implicadas as leituras do caráter fronteiro-expulso da abjeção que performatiza normas relocalizando seus limites:

O argumento se apoia em um certo paradoxo que seria, entretanto, difícil de negar. Porque se *não* se quer reconhecer certas relações humanas enquanto parte do humanamente reconhecível, então elas *já* foram reconhecidas, e busca-se negar o que, de uma maneira ou outra, já se entendeu. “Reconhecimento” se torna um esforço de negar o que existe e, por isso, se torna um instrumento para a recusa do reconhecimento. Nesse sentido, se torna uma maneira de apoiar uma fantasia normativa de humano sobre e contra versões dissonantes dela mesma. Defender os limites do que é reconhecível contra aquilo que o desafia é entender que as normas que governam a reconhecibilidade já foram desafiadas (Butler, 2022, p. 193-194).

Assim, as existências tornadas abjetas estão na cultura, por mais que as normas hegemônicas queiram rebaixá-las ou fazê-las “retornar” à pura matéria, à coisificação de um corpo menos vivo, inerte, sem agência, situado entre o ser e o não-ser. Tal esforço a ser realizado pelos pertencentes ao interior dos limites das normas dominantes decorre da tentativa de consolidação social de seu posicionamento como *presença*, manutenção de uma metafísica da substância que, segundo Butler, encontra na noção de sujeito identitá-

rio uma linha de continuidade desde o indivíduo calculista da teoria liberal clássica até o sujeito neoliberal⁵

Contra tal afirmação reiterativa da performatividade hegemônica, Butler recupera uma ontologia da vida social a partir de Hegel lido por Jessica Benjamin. Em texto recentíssimo intitulado “Why read Hegel now?” (2020) – que eu sugiro que seja lido conjuntamente a “Anseio de reconhecimento – Comentário sobre a obra de Jessica Benjamin” (2000/2016) –, Butler refuta a ontologia social do individualismo como base presumível das reivindicações de direitos por minorias. Baseando-se na psicanálise relacional e intersubjetiva benjaminiana, Butler nos lembra como os sujeitos são reciprocamente formados: “todo sujeito emerge da dependência, lutando com o processo de diferenciação.” (Butler, 2020, tradução minha, p. 46). A referência à matriz primária pré-edípica entre mãe-bebê elaborada por Benjamin é central para a compreensão de tal concepção humana: desse primeiro ambiente dual se diferenciarão, em movimentos de aproximação e afastamento contínuos, sujeito e objeto. A mutualidade inicial sofre abalos pela negatividade subjacente à interdependência, o que culmina em uma tentativa de dominação da alteridade que começa a surgir. Assim, o reconhecimento seria posterior às relações humanas e à negatividade que as sustentam.

Segundo Butler, um ambiente favorável ao vínculo só seria restabelecido a partir da compreensão ética que fundamenta a interdependência entre os sujeitos, momento em que a tentativa de dominação cessa e um reconhecimento mútuo tenso e paradoxal se torna possível:

não há como um ser vivo se individualizar completamente de outros seres vivos. (...) o reconhecimento de que a violência não vai funcionar é o que inaugura o sentido de um imperativo ético para encontrar uma forma de manter a si e ao outro vivos, independentemente do conflito entre nós. (...) Na minha leitura de Hegel, esse reconhecimento de que estou ligado ao outro é (a) uma percepção da interdependência corporal e (b) uma obrigação ética recíproca (Butler, 2020, tradução minha, p. 46).

⁵ “This view [contra a ontologia da metafísica da substância] runs counter to the calculating individual of classical liberal theory, of which Hobbes is but one representative. But this view in favor of social welfare and public goods also runs counter to the neoliberal modes of governance that would outsource all public goods to the market in its limitless drive toward the full privatization of those goods and entitlements that were once defined as central features of social democracy.” (Butler, 2020, p. 51)

Tal noção ética edificada por Butler é formulada segundo afastamentos pontuais em relação a Benjamin. Apontando as insuficiências da teoria psicanalítica de Benjamin, Butler percebe que “esse *insight* vai além da estrutura diádica do cuidador e do bebê” (Butler, 2020, tradução minha, p. 47), o que significa que o ambiente clínico que retoma a posição mãe-bebê não pode ser diretamente vinculado à esfera sociopolítica. Por trás de tal dualidade, encontra-se uma rede social de apoio ampla e remunerada que sustentaria a possibilidade do cuidado e do trabalho reprodutivo.

O que Butler pretende retomar de Benjamin, contudo, é a demonstração do reconhecimento da interdependência como condição da vida humana que permanece para além dos efeitos das normatividades sobre corpos desde o nascimento até as realizações mais maduras das interações sociais. É sob tal perspectiva que leio a “exigência de corporeidade” em espaços públicos concebida em fenômenos políticos subversivos, por exemplo. Afinal, se a abjeção é a principal criadora da cultura, aos movimentos e teorias dos corpos abjetos cumpre propor outros moldes normativos de materialização que formalizam o corpo. Quando o corpo também é culturalmente construído, ele é liberado para adquirir outras formas vinculadas a novas possibilidades inteligíveis de reconhecimento social e, portanto, a novas concepções de subjetividade e ontologia.

A autora insiste, com isso, no trabalho do negativo envolvido em um jogo com a permanência da materialidade: corpos vulneráveis, dependentes, precários, todos os atributos vinculados à possibilidade material de vidas e enlutados por uma perda constitutiva. “Trata-se, aqui, de recuperar uma dimensão de humanidade que não esteja sustentada em atributos comuns, que serão sempre excludentes, mas esteja sustentada nessa característica: morremos.” (Rodrigues, 2021a, p. 99) É desta forma que Butler encontra “uma interdependência ontológica também na Fenomenologia do Espírito de Hegel” (Butler, 2020, tradução minha, p. 44), dando voz à materialidade que resiste apesar da violência e morte diárias, como possibilidade de existência para além dos parâmetros dominantes.

Contudo, é inegável que Butler nutre tensões com teóricas pré-edípicas maternas, aqui inclusa Benjamin, ao propor novos arranjos de parentes-

co não-binários que excluam a centralidade materna na fase pré-edípica⁶. O que exige certa negociação com a psicanálise de viés materno, já que é justamente em desenvolvimentos da fase pré-edípica que se encontram as bases de sua nova ontologia social: as concepções de resistência política elencadas por Butler (vulnerabilidade, precariedade, interdependência, aliança de corpos, entre outros) são termos substancialmente vinculados à mutualidade cuidadora-bebê.

Para tanto, a noção de reconhecimento em Butler deve passar por um acerto de contas e delimitações com a conceituação de Benjamin, envolvendo novas concepções de parentesco para além da dualidade mãe-bebê a partir da qual as noções de mutualidade serão calcadas⁷. Nota-se, com isso, como concepções políticas de primeira importância para as lutas feministas não podem prescindir de certa leitura psicanalítica. Como diz em entrevista a Porchat:

a psicanálise pode fornecer uma crítica vigorosa da normalização, uma crítica vigorosa da regulação social, pode nos proporcionar uma teoria da fantasia, pode colocar em questão o corpo natural, pode observar o modo como o poder social toma forma na psique, há várias maneiras de se fazer isso. E acho que os movimentos sociais preocupados com isso podem entender melhor sua própria situação a partir de uma perspectiva psicanalítica. E talvez até desenvolver vocabulários mais complexos para pensar a identidade, ou o desejo, ou a solidariedade, três conceitos essenciais para esses movimentos (Porchat, 2010, p. 167)

⁶ David-Ménard aponta aqui um problema: se a melancolia, conceito tão importante para Butler, tem como origem desenvolvimentos centrados justamente na fase pré-edípica, o desenvolvimento e sociopolítico e “generificado” da melancolia deve ser comparado aos aspectos clínico-patológico dessa enfermidade psíquica.

⁷ Nesse sentido, Butler recorre a David Schneider (1984) para empreender uma leitura performativa do parentesco concebido como “uma espécie de *fazer*, que não reflete uma estrutura anterior, mas que só pode ser entendida como uma prática posta em ato. Isso nos ajudaria, acredito, a nos afastar da situação em que uma estrutura hipostasiada de relações se esconde por trás de qualquer arranjo social real e nos permite considerar como os modos de fazer padronizados e performativos trazem categorias de parentesco em operação e se tornam o meio pelo qual eles passam por transformação e deslocamento.” (Butler, 2022, p. 211) Em tal tema, a autora lamenta como a inovação dos “estudos pós-parentesco em antropologia não foi acompanhado por trabalhos em psicanálise igualmente inovadores, e esta última, às vezes, ainda depende de um presumível parentesco heterossexual para teorizar a formação sexual do sujeito.” (Butler, 2022, p. 217) Para tanto, Rodrigues pensa a necessidade de se desenvolver teorias psicanalíticas a partir de outras teorias antropológicas, como as de Strathern, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES

A partir do desenvolvido no presente texto, nota-se que Butler desliza no intervalo filosófico e psicanalítico sem uma parada em determinado ponto. Penso, contudo, que essa ausência de posição fixa reflete justamente suas perspectivas críticas e desconstrutivistas da metafísica substancial identitária que se encontra na base de seu fazer filosófico.

Tal indeterminação de origem atualizada a cada citação e iteração demonstra a atualidade constante da instabilidade da teoria ontológica de Butler: não só a origem, mas a permanência se torna problemática, isto é, produz problema, desestabiliza, convida a refundações constantes, sendo este mesmo o terreno da emancipação política de sua proposta: o que subsiste e “resta”, mesmo que com tamanha fragilidade diante dos enquadramentos normativos, é o que permite um elemento comum de reconhecimento recíproco.

Ressalta-se, então, a importância do trabalho do negativo no pensamento de Butler: as instabilidades, aporias, ambiguidades, indefinições, quismas, impossibilidades, contingências, parcialidades e indeterminações que permeiam a sua obra. É no terreno de tais falhas e incompletudes que necessariamente envolvem a reflexão filosófica, limite que a existência impõe ao pensar:

De modo mais geral, portanto, essa afirmação não implica que o corpo “só” seja essas formas e construções, nem que a elas possa ser reduzido. O fato de nem sempre termos palavras para o que é “irredutível” é apenas um sinal do fato de que a persistência constante do corpo nos é acessível apenas parcialmente, nunca totalmente, seja qual for a “construção” e certamente não exclusivamente como um dos efeitos dessa “construção” (Butler, 2009, p. 215).

Recebido em 24/11/2024

Aprovado em 27/02/2024

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, J. “Acknowledging the Other’s Suffering: A Psychoanalytic Approach to Trauma in Israel/Palestine”, *Tikkun*, Duke University Press, Volume 30, Number 3, 2015.

BENJAMIN, J. “Intersubjectivity, recognition and the third. A comment on Judith Butler”. In: Norbert Ricken & Nicole Balzer (Org.) *Judith Butler: Pädagogische Lektüren*. Bremen: Springer VS, pp. 283-301, 2012.

BENJAMIN, J. *Shadow of the Other – intersubjectivity and gender in psychoanalysis*. New York/London: Routledge. 1998.

BUTLER, J. “Anseio de reconhecimento”. *Equatorial*, Vol. 03, Nr. 05, pp. 185-207, 2016 [2000].

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder – teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017 [1997].

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Record, 2018

BUTLER, J. (1996/2019). *Corpos que importam – os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 edições, 2019 [1996].

BUTLER, J. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Unesp. 2022 [2004]

BUTLER, J. “Le corps en pièces: réponse à Monique David-Ménard”. In: David-Ménard, M. *Sexualités, genres et mélancholie – S’entretenir avec Judith Butler*. Paris: Campagne Première, 2009.

BUTLER, J. *Os sentidos do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 [2015]

BUTLER, J. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

BUTLER, J. “Rethinking social difference and kinship in Juliet Mitchell’s Psychoanalysis and Feminism.” *Differences*, v. 23, n. 2, 2012.

BUTLER, J. “Sexual difference as a question of ethics: alterities of the flesh in Irigaray and Merleau-Ponty”, *Chiasmi International*, 10, pp. 333-347, 2008.

BUTLER, J. “The Body Politics of Julia Kristeva”, *Hypatia*, vol. 3, no. 3, 1989.

BUTLER, J. “Why read Hegel now?”, *Crisis and Critique*, Volume 8, Issue 2, pp. 41-55, 2020.

CHODOROW, N. *The reproduction of maternity: Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press, 1978.

COOPER, M. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

CORBETT, K. *Boyhoods: rethinking masculinities*. New Haven: Yale University Press, 2009.

CORBETT, K. “Nontraditional Family Romance: Normative logic, Family Reverie, and the Primal Scene.” *The Psychoanalytic Quarterly*. Volume 70, Issue 3, 2001.

DAVID-MÉNARD, M. *A vontade das coisas: o animismo e os objetos*. São Paulo: Ubu, 2022.

DAVID-MÉNARD, M. *As construções do universal: psicanálise e filosofia* [1997], trad. Celso P. de Almeida. São Paulo: Companhia de Freud, 2002.

DAVID-MÉNARD, M. *Éloge des hasards dans la vie sexuelle*. Paris: Hermann Éditions, 2011.

DAVID-MÉNARD, M. “L’institution des corps vivants selon Judith Butler”. In: *Sexualités, genres et mélancholie – S’entretenir avec Judith Butler*. Paris: Campagne Première, 2009.

DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras. 2002

DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva. 1967/1973.

DERRIDA, J. *Khôra: ensaio sobre o nome*. São Paulo: Papirus, 1995

FONG, B. Y. *Death and mastery - Psychoanalytic Drive Theory and the Subject of Late Capitalism*. New York: Columbia University Press, 2016.

FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do Sujeito; curso dado no Collège de France, 1981-1982* São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1982].

FOUCAULT, M. *Dits et écrits II - 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001 [1988].

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: a vontade de saber* (vol. 1). Rio de Janeiro: Graal, 1993 [1976].

FREUD, S. “Luto e melancolia” In: *Obras completas, Volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras., 2010 [1914]

FREUD, S. “O eu e o id.” In: Freud, S. *Obras Completas, Volume 16*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1923]

HARRIS, A. *Gender as soft assembly*. New York: Routledge, 2008..

HEGEL, G. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HEILBORN, M. L. e RODRIGUES, C. “Gênero: breve história de um conceito.” *Aprender – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação*, Vitória da Conquista, Ano XII, n. 20, p. 9-2, 2018.

IRIGARAY, L. *Éthique de la différence sexuelle*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

KRISTEVA, J. *Pouvoirs de l’horreur. Approche de l’abjection*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1964].

MITCHELL, J. e ROSE, J. (eds.). *Feminine Sexuality*. Jacques Lacan and the École Freudienne. London: MacMillan Press Ltd, 1982.

MITCHELL, J. “Introduction, 1999” In: *Psychoanalysis and Feminism – a radical reassessment of Freudian psychoanalysis*. New York: Basic Books, 1999 [1974].

PORCHAT, P. “Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(1): 288, pp. 161-170, 2010.

RODRIGUES, C. “Butler e a desconstrução do gênero.” *Revista Estudos Feministas*. vol.13 no.1. Florianópolis, 2005.

RODRIGUES, C. “A permanência do problema da materialidade do corpo em Judith Butler”. In: Prata Filho, R. e Bakker Castro, T. (orgs.). *Lendo Judith Butler: apropriações teóricas e políticas interdisciplinares* – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021a.

RODRIGUES, C. *O luto entre a clínica e a política: Judith Butler para além do gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021b.

RODRIGUES, C. *Rastros do feminino: sobre ética e política em Jacques Derrida*. Tese de doutorado apresentada ao PPGFil da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, C. e GRUMAN, P. (2023). “Do Abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler”. *Anuário Antropológico* 46 (3):67-84, 2023.

ROSE, J. *Sexuality in the field of vision*. London New York: Verso, 2005.

SCHNEIDER, D. *A Critique of the Study of Kinship*. Michigan: University of Michigan Press, 1984.

SOLEY-BELTRAN, S. (ed.). *Judith Butler en disputa – Lecturas sobre la performatividad*. Barcelona/Madrid: Egales Editorial, 2021.

WINNICOTT, D. W. “O uso de um objeto e o relacionamento através de identificações”. In: *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994 [1971]



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).